

Geografia Política em Sala de Aula: Jogo da ONU

Danilo Souza Melo

danilo.melo@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. Os desafios enfrentados pela educação brasileira, especialmente a redução da carga horária das ciências sociais devido à Reforma do Ensino Médio, contribuem para uma abordagem pragmática e bancária do ensino, dificultando o trabalho docente em Geografia. Diante deste cenário, a necessária resistência docente incentiva o desenvolvimento de propostas e práticas pedagógicas baseadas na problematização, objetivando o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência do ensino de Geografia Política por meio do “Jogo da ONU”, atividade realizada com discentes do ensino médio técnico integrado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), câmpus Jardim, durante os anos de 2024 e 2025. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica crítica sobre Geografia Política e ensino, que subsidiou a construção da proposta didática, e o relato de experiência, organizado em uma sequência lógica e ilustrada. Os resultados são apresentados como reflexões sobre a prática pedagógica e suas possíveis contribuições na formação cidadã dos estudantes.

Palavras-Chave. Geografia Política, Ensino, Relato de Experiência.

Abstract. The challenges faced by Brazilian education, especially the reduction in the course load for social sciences due to the High School Reform, contribute to a pragmatic and banking approach to teaching, hindering the work of Geography educators. In response to this scenario, the necessary teacher resistance encourages the development of proposals and pedagogical practices based on problematization, aiming to foster autonomy and critical thinking. Thus, this paper aims to present an experience report on teaching Political Geography through the "UN Game," an activity carried out with students from the integrated technical high school program at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), Jardim campus, during the years 2024 and 2025. The methodology included a critical literature review on Political Geography and teaching, which supported the construction of the didactic proposal, and the experience report, organized in a logical and illustrated sequence. The results are presented as reflections on the pedagogical practice and its possible contributions to the students' civic education.

Keywords. Political Geography, Teaching, Experience Report.

Resumen. Los desafíos que enfrenta la educación brasileña, especialmente la reducción de la carga horaria de las ciencias sociales debido a la Reforma de la Enseñanza Media, contribuyen a un enfoque pragmático y bancario de la enseñanza, dificultando la labor docente en Geografía. Ante este escenario, la necesaria resistencia docente incentiva el desarrollo de propuestas y prácticas pedagógicas basadas en la problematización, con el objetivo de fomentar la autonomía y el pensamiento crítico. Así, este trabajo tiene como objetivo presentar el relato de experiencia de la enseñanza de Geografía Política a través del “Juego de la ONU”, una actividad realizada con estudiantes del programa de enseñanza media técnica integrada del Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Jardim, durante los años 2024 y 2025. La metodología adoptada incluyó una revisión bibliográfica crítica sobre Geografía Política y enseñanza, que fundamentó la construcción de la propuesta didáctica, y el relato de experiencia, organizado en una secuencia lógica e ilustrada. Los resultados se presentan como reflexiones sobre la práctica pedagógica y sus posibles contribuciones a la formación ciudadana de los estudiantes.

Palabras clave: Geografía Política, Enseñanza, Relato de Experiencia.

1. Introdução

O lançamento da obra “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra” de Lacoste (1976) consolidou o movimento crítico sobre a Geografia apresentando a dicotomia entre o poder do conhecimento geográfico e seu esvaziamento enquanto conteúdo escolar. Passados 49 anos, os desafios no ensino de geografia no Brasil não se esgotaram, sobretudo na perspectiva de educação bancária (FREIRE, 2000) agravada pelos vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio.

A Geografia para o ensino médio do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) contempla em grande parte da ementa a geopolítica. Nesta a discussão sobre a evolução dos modos de produção, bem como a organização dos Estados-Nações nas denominadas ordens mundiais, que contemplam periodizações da Guerra Fria (1945-1991) até às migrações no atual estágio da globalização. Apesar do IFMS não adotar diretamente a Base Nacional Comum, a ementa de Geografia para o ensino médio converge a competências estabelecidas na BNCC, sobretudo a competência 2 “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações”.

Embora alinhadas, a ementa do IFMS e BNCC são impraticáveis em vista da redução da carga horária das ciências sociais, consolidadas pela Lei 13.415 de 2017. Este

ataque ao ensino das humanidades inviabiliza o desenvolvimento de conteúdos e competências, limitando o docente ao ensino pragmático e bancário.

Sob este contexto, a necessidade de promover a construção de conhecimentos em sua plenitude junto aos estudantes, foi desenvolvido no IFMS o “Jogo da ONU” que possui em seu objetivo estimular o pensamento e debate crítico por meio do debate público. No jogo, a paz é o objetivo principal, levando os estudantes a construir com autonomia a percepção sobre cidadania, democracia além dos já mencionados conteúdos geopolíticos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência docente no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, câmpus Jardim, denominado “Jogo da ONU” realizado como prática nas aulas de Geografia para discentes do ensino médio técnico integrado durante os anos de 2024 e 2025.

Assim, o trabalho está estruturado para apresentar os resultados a partir de duas perspectivas: A primeira, em forma de síntese teórica sobre os pressupostos que subsidiam o pensamento docente e como a reflexão sobre o trabalho levou ao desenvolvimento da prática. Na segunda parte dos resultados, é apresentada a forma como o “Jogo da ONU” é aplicado na sala de aula, como relato de experiência, descrevendo o caminho percorrido, assim como a intencionalidade da organização desta atividade

Espera-se contribuir para as discussões sobre os desafios da educação nos institutos federais e a importância de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento autônomo e crítico dos educandos.

2. Metodologia

Como caminho científico, foi realizada uma revisão bibliográfica crítica, permeando obras relacionadas a Geografia Política e ensino de Geografia. Esta discussão, subsidia a reflexão acerca das questões que envolvem a prática docente no Brasil. Ainda, a compreensão sobre as correntes teóricas da Geografia auxiliaram na construção da proposição didática. Enquanto reflexão da prática docente, o relato de experiência foi organizado dentro de uma sequência didática e lógica utilizando figuras para ilustrar a construção da atividade.

3. Resultados

Partindo do pressuposto teórico que as concepções de Friedrich Ratzel (1987) foram fundamentais para o pensamento geográfico sobre Estado e território, a Geografia Política e a geopolítica¹ se desenvolveram posteriormente por diferentes métodos e escolas da Geografia. Consequentemente, a Geografia Política passou a abranger um conjunto rico de conhecimentos naturais, sociais e econômicos interpretados sob visões políticas do controle do território. Todavia, Costa (1992) aponta como problemática da Geografia Política o seu esvaziamento e uso parcial dos conhecimentos geográficos por Estados-Nações e pesquisadores.

Nessa perspectiva, Lacoste (1976) em seu célebre livro “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra” criticou o uso da Geografia Política de forma estratégica como instrumento de poder no século XIX. A crítica do autor, permeia a forma como a Geografia era praticada de maneira claramente distinta entre Estados e a Escola. Segundo Lacoste, o conhecimento ensinado nas escolas não apresentava limitava-se ao conhecimento desvinculado da realidade e sua prática, assim “[...] a geografia dos professores se desdobrou como discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico, enumeração de elementos de conhecimento [...]” (1976, p.14).

Esta crítica vai ao encontro do pensamento freireano sobre a educação, no qual o pensador aponta a necessidade de uma educação capaz de formar pessoas críticas, curiosas e indagadoras para além da prática de memorização (FREIRE, 2000). Na Geografia, Santos (1990) critica as escolas ou perspectivas científicas denominadas pelo autor como Geografia Tradicional e Nova Geografia, que no Brasil pouco contribuíram para a uma interpretação da totalidade, ignorando sobretudo as questões políticas e sociais.

Apesar da evidente necessidade de uma educação voltada para a compreensão do mundo e suas questões, as condições objetivas impostas aos educadores brasileiros conduzem a práticas mecanicistas e depositárias, causadas especialmente pela redução da carga horária das ciências sociais. A promulgação da Lei 13.415 de 2017, comumente conhecida como “Novo Ensino Médio” reduziu expressivamente a quantidade de horas de aula das ciências sociais. Disciplinas como Geografia, História, Filosofia e Sociologia tiveram em média redução para duas aulas semanais. Como consequência, educadores são

¹ Considera-se neste trabalho a Geografia Política como grande área da ciência geográfica e a aplicação parcial de suas teorias na compreensão da organização dos Estados no espaço como geopolítica.

obrigados a completar sua jornada de trabalho em mais de um local de ensino, ampliando seu desgaste enquanto trabalhador. Por outro lado, a redução da carga horária impactou diretamente na forma como os conhecimentos são planejados e administrados pelos professores, levando a grande maioria ao pragmatismo didático.

É preciso sublinhar a educadoras e educadores de boa vontade mas equivocados que quanto mais se esvazie a educação dos sonhos, por cuja realização se lute, tanto mais o lugar dos sonhos vai sendo preenchido pelas técnicas até chegar o momento em que a educação é a elas reduzida. Aí, então, a educação é puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo. (FREIRE, 2000, p. 45).

Este esvaziamento ou redução dos conhecimentos por meio da memorização, limitam ou dificultam o desenvolvimento da autonomia dos educandos, tirando-lhes do ideal a capacidade humana de mudar as relações sociais impostas. Cabe destacar, que como brasileiros, a compreensão sobre o sistema-mundo é necessária na apreensão da realidade de um país periférico, agroexportador, colonizado por mais de trezentos anos.

Portanto, entende-se que a origem do conhecimento parte de uma problemática e a reflexão sobre. Assim, estratégias didáticas baseadas na problematização, criam a necessidade do educando interagir e buscar soluções e conhecimento (GASPARIN, 2012).

3.1 Geopolítica na prática: O jogo da ONU

O ensino de Geografia, com destaque para a Geografia Política no último ano do ensino médio do IFMS é um grande desafio, considerando a demanda de ensinar mais de 500 anos de relações sociais permeadas por questões econômicas e de poder em apenas duas aulas semanais. As experiências do docente, especialmente com erros, levaram ao desenvolvimento do “Jogo da ONU” como estratégia de ensino para promover a autonomia de estudo dos estudantes e a prática da Geografia para além da sala de aula. A escolha pela Organização das Nações Unidas (ONU) justifica-se por ser esta a organização mundial mais relevante após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e por possuir em sua dinâmica o debate e o discurso como pontos fundamentais da Geografia Política.

Assim, o jogo foi desenvolvido e organizado para ocorrer em seis aulas, distribuídas em três semanas. Durante este período são realizadas: A) apresentação e contextualização do jogo; B) formação de grupos; C) organização do conselho da ONU e D) Debates diplomáticos. Ao contrário de outros jogos de tabuleiro, no Jogo da ONU os

países já estão em guerra, e por isso, e mais complexo, é o alcance da paz diante de diferentes interesses políticos.

A construção da dinâmica começa na **primeira aula** com a estruturação e apresentação do conteúdo aos alunos. Nessa etapa, são ensinadas e discutidas a organização social após a Segunda Guerra Mundial, período reconhecido na Geografia como Velha Ordem Mundial. Em sequência, é apresentado um mapa com tamanhos extrapolados (figura 1) no qual estão presentes informações sobre recursos naturais, militares e políticos. A partir destas informações, os alunos podem, de maneira autônoma, comparar e associar a questão política em voga com a distribuição territorial dos países, reconhecendo diferenças entre o Oriente e o Ocidente assim como a localização do Brasil e da América Latina no contexto mundial.

Figura 1 - Mapa-múndi desenvolvido



Fonte: Organizado pelo autor

A contextualização continua, com a apresentação feita pelo docente sobre o contexto histórico no qual estes países estão inseridos, a Guerra Fria e seus conflitos regionais. Desta forma, como plano de fundo, os discentes são informados sobre a Guerra do Yom Kippur (1973), ocorrida no Oriente Médio, mas que envolveu países aliados aos Estados Unidos ou à União Soviética. O impacto desta guerra foi amplificado, atingindo países de outros continentes devido ao aumento do preço do petróleo pelos países árabes, no contexto reconhecido como Crise do Petróleo de 1973.

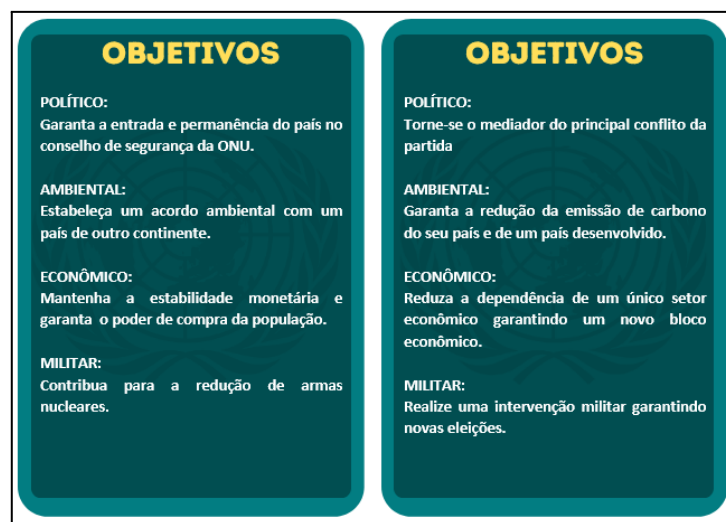
Embora haja uma escolha subjetiva dos discentes por meio de afinidades a distintos países, a formação das equipes e consequentemente do país a ser representado

ocorre a partir de sorteios na **segunda aula**. Esta estratégia amplia a dinâmica, forçando a pesquisa sobre a história e as características geográficas de países, em sua maioria, desconhecidos pelos alunos. Com a definição das equipes e países, os discentes passam automaticamente a relacionar com o conteúdo, identificando possíveis parceiros diplomáticos e até mesmo adversários.

Por conseguinte, a ONU e seu conselho de segurança são novamente apresentados. Neste contexto, o professor explica o funcionamento da organização, e revela o seu papel no jogo: analisar ao final de cada rodada as propostas das equipes aprovando-as ou criando sanções. Diferentemente da realidade, no jogo, o conselho de segurança é eleito, e neste momento, as equipes passam a agir diplomaticamente acordando votos e até mesmo vetando candidatos.

Na **terceira aula** são distribuídos objetivos específicos para cada país por meio de cartas (figura 2). Em cada carta, há cinco objetivos específicos, que contemplam questões energéticas, econômicas, políticas, ambientais e militares.

Figura 2 - Exemplo de cartas com objetivos



Fonte: Organizado pelo autor

É explicado que cada objetivo equivale a um ponto, logo, para vencer o jogo a equipe precisa atingir os cinco objetivos. Muitos deles só podem ser alcançados com o estabelecimento de parcerias ou articulações políticas, o que promove a ação dos estudantes fora do horário da escola, para que durante as rodadas em aula os acordos já estejam pré-definidos.

São determinadas duas aulas por semana, para que ocorra o jogo e os debates entre as equipes. Em sequência, na **quarta aula** são estabelecidas as regras do jogo, na qual durante cada rodada um representante da equipe pode propor parcerias ou ações estratégicas, que ocorrerão de acordo com a pontuação de dados. Ao final da rodada o conselho da ONU pode aprovar ou punir ações que compreenda serem “erradas” ou que, de certa maneira, infrinjam os Direitos Humanos.

A dinâmica de debate em formato de tabuleiro ocorre **na quinta e sexta aulas**. Este formato estimula a participação dos estudantes (figura 3). Cabe destacar, que durante todo o jogo a mediação do professor é fundamental, orientando a respeito do contexto político e também indicando infrações ou incongruências nas estratégias apresentadas.

Figura 3 - Participação discente no Jogo da ONU



Fonte: Organizado pelo autor

Ao final das rodadas, uma equipe sairá vencedora, entretanto o processo de aprendizagem não se restringe a vencedores e derrotados. O processo avaliativo é processual, e neste caso em todos os encontros é preciso o registro do professor sobre as discussões e ações feitas individualmente e por equipes. Habilidades como dialogar e argumentar com equipes rivais, e, a capacidade de identificar e analisar processos e circunstâncias históricas são a base para a definição de um conceito.

O resultado, para além da definição de uma nota ou conceito, fica explícito na participação discente e como após o final do jogo, as discussões e debates reverberam fora da sala de aula, ou até mesmo em outras disciplinas. A dinâmica favorece a troca, além de

valorizar os conhecimentos prévios, ou que foram construídos fora do ambiente escolar.

4. Considerações finais

A reflexão sobre o trabalho docente apresentada neste trabalho, também praxi da docência, permite o apontamento de considerações. Dentre elas, a importância das ciências sociais, e a necessidade de mudanças estruturais na educação brasileira, valorizando-as. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve, diante das questões profissionais que prejudicam o trabalho docente, evitar o caminho pragmático tradicional, considerado enciclopédico por Lacoste (1976) ou bancário (FREIRE, 2000). Assim, para além da memorização, o ensino da Geografia Política deve na educação básica proporcionar aos alunos o autoconhecimento, e sua importância e presença na história.

Nessa perspectiva, a prática Jogo da ONU é considerada aqui como uma estratégia didática para o ensino de Geografia capaz de contribuir na formação de sujeitos críticos capazes de argumentar e exercer a cidadania. Cabe ressaltar, que este relato não possui a pretensão de estabelecer regras ou inovar a prática pedagógica, mas sim registrar esta ação e somar a outros registros docentes. O desenvolvimento do jogo, por meio da problematização estimulou a busca e o estudo fora da sala de aula, auxiliando o desenvolvimento pedagógico diante da redução de carga horária. Essa estratégia, também permitiu a construção de conhecimentos transversais sobre direitos humanos, além de ampliar as perspectivas sobre o mundo atual. Portanto, a Geografia não serve, antes de mais nada, para compreender e mudar o mundo.

5. Referências

COSTA, Wanderley M da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

RATZEL. Friedrich, La géographie politique. Paris, Fayard, 1987.

SANTOS, Milton . **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI.** . São Paulo: Plêiade.2009.